

GETAP

GRUPO DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS APLICADOS

Assembleia Geral
07 de Dezembro de 2018

AGENDA

1. Agenda Tributária

- Equipe de Transição: Novembro/Dezembro 2018
- Feedback reunião institucional com Dr. Marcos Cintra

2. Update de Projetos Relevantes

- Cadastro Fiscal Positivo - PGFN
- Programa Pró Conformidade - RFB
- Solução de Consulta Interna nº 13/2018 – exclusão do ICMS da base do PIS / COFINS
- GT Reforma Americana – Entrega de relatório para a RFB
- Simplificação de Obrigações Acessórias – Projeto ENCAT: Declaração Assistida

3. Projetos GETAP

- Macro Plan 2018 – status projetos
- Temas para 2019

4. Outros temas de Interesse dos Associados

Questões Institucionais

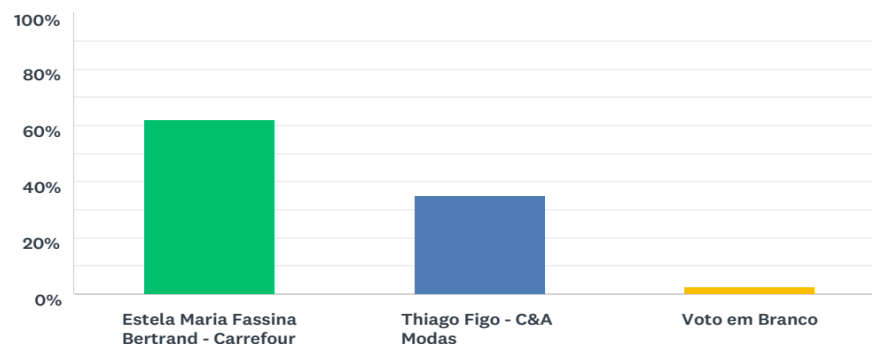
➤ Eleições Diretoria GETAP – Mandato 2018-2019:

Votação de Diretor Suplente: 1 vaga em aberto (2018-2019)

Candidatos: Estela Bertand (Carrefour) e Thiago Figo (C&A)

❖ **RESULTADO: Estela Bertand (Carrefour)**

❖ **Auditado pela PWC**



OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
Estela Maria Fassina Bertrand - Carrefour	62,16%	23
Thiago Figo - C&A Modas	35,14%	13
Voto em Branco	2,70%	1
TOTAL		37

Questões Institucionais

➤ Anuidade 2019:

- Fixada em R\$ 47 mil ou duas parcelas semestrais de R\$ 25 mil
 - **29/03/2019** – vencimento da parcela única ou 1ª parcela semestral
 - **30/09/2019** – vencimento da 2ª parcela semestral
- **17/12/2018:** Prazo final para manifestação dos associados para adesão e forma de pagamento (parcela única ou duas parcelas semestrais).
- **18/12/2018:** Pagamentos antecipados – Prazo final para solicitação de boleto.

Agenda Tributária 2018

➤ Equipe de Transição: Anunciado - Nov-Dez/2018

☐ Reunião dia 05.12.2018 - Marcos Cintra (Secretário RFB e Previdência)

Apresentação institucional do GETAP

Postergara para semana de 10-14/12

☐ Cenário da Reforma Tributária: Sem definição ainda

Custo Político
Elevado

1. IMF: Marcos Cintra – desistiu da proposta, mas ainda avalia “CPMF” para substituição dos tributos sobre a folha
2. IVA: Sobre bens e consumo (várias alternativas)
3. IR: Tributação de dividendos e redução da alíquota + mudanças na Pessoa Física
4. Reformas pontuais: Everardo Maciel: correção dos erros + reforma dos procedimentos de cobrança da dívida, eliminação da CND e outras agendas de simplificação (Comissão de Desburocratização do Senado)

❖ **Timing:** incerto – provavelmente,, após a reforma da Previdência

Propostas de Reforma Tributária

Dep. Luiz Carlos
Haully

- Reforma ampla (extingue PIS, COFINS, CSLL, ICMS, IPI, IOF, CIDE Combustíveis)
- **Cria IVA** + Imposto Seletivo

CCiF

- Cria o IBS – **Modelo IVA**
- Substituição de 5 tributos (IPI, ICMS, PIS, COFINS e ISS)
- Transição de 10 anos

IPEA

- IVA Dual: **IVA Federal** (PIS, COFINS, IPI e CIDE Combustíveis) + Imposto Seletivo
- **IVA Estadual** (ICMS+ ISS)
- **IVA Nacional** opcional

RFB/MF

- Reforma PIS e COFINS
- Imposto de Renda: Redução da Alíquota, Tributação de Dividendos e Alargamento de base

Carta dos
Economistas

- **Adoção IBS** + Tributação de Dividendos + Alargamento de Base + Redução Alíquota
- Folha de Salários: eliminação da contribuição patronal + tributação idem a dividendo
- ITCMD Federal
- Regimes Especiais: IVA pequenos negócios e Tributação de fluxo de caixa

Conselhão

- Imposto único sobre valor agregado – **tipo IVA (Haully) ou IBS (CCiF)**
- Redução da carga tributária das empresas

Pró- Conformidade - RFB

1. Consulta Publica nº 4/2018

	Veículo	Critérios	Notas	Contrapartidas
Pró-Conformidade RFB	Portaria	➤ Situação Cadastral	A	<ul style="list-style-type: none"> Análise Fiscal Prévia Atendimento presencial prioritário Prioridade na análise de demandas, inclusive de restituições Certificado de Conformidade Tributária (?)
	Consulta Pública encerrada	➤ Integridade e Veracidade nas informações prestadas		B
	Previsão de publicação em Dez-2018	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Tempestividade na entrega de Obrigações Acessórias ➤ Adimplência 	C	<ul style="list-style-type: none"> Inclusão no Regime Especial de Fiscalização – IN nº 979/09 Aplicação prioritária de medidas coercitivas da Portaria nº 1.265/15 Cassação de benefícios fiscais

- **Posição GETAP:** Programa focado na arrecadação com critérios e desconexos à realidade tributária brasileira

Pró- Conformidade - RFB

- **Atuação:** Manifestação GETAP quanto à necessidade de veiculação por lei e solicitação para criação de grupo de trabalho para tratar dos pontos do programa.

➔ Reunião RFB:

- Programa foi mal compreendido!
- Será feita classificação levando em consideração o todo
- Critérios móveis e dinâmicos com vários pesos e ajustados para cada categoria
- Níveis de classificação serão ajustados para abarcar as variáveis
- 3 anexos: Contribuintes do Simples Nacional, Grandes contribuintes (acompanhamento diferenciado) e Demais contribuintes

- **Percepções:** falta de transparência, mas melhor do que na consulta
- **Próximos passos:** nova reunião para melhor entendimento sobre o programa
- **Timing:** Publicação da Portaria em Dez-2018 e programa em vigor em Jan-2019.

Cadastro Fiscal Positivo - PGFN

2. PGFN Cadastro Positivo:

- **Status:** Audiência Pública para debater o programa: GETAP convidado e apresentamos todas as sugestões enviadas. PGFN muito elogiada e RFB muito criticada.
- **Próximos passos:** PGFN consolidará as sugestões e nova Consulta para texto final

Cadastro Fiscal Positivo PGFN	Veículo	Critérios sugeridos	Contrapartidas sugeridas
	Lei Em Consulta Pública Não há minuta	<ul style="list-style-type: none">➤ Adimplemento➤ Obrigações acessórias entregues com regularidade➤ Parcelamentos pagos e rescindidos➤ Rating de Agências de Risco➤ Grau de liquidez financeira	<ul style="list-style-type: none">• Canais de atendimento – “Webchat”• Fast-Track• Atendimento presencial prioritário (senhas)• Adoção do instituto da Consulta• Substituição e/ou Dispensa de Garantia• Arrolamento de bens• Pagamento sem incidência de multa• Transação Tributária / Negócio Jurídico Processual• Comitês Consultivos com composição do Fisco e dos Contribuintes

Solução de Consulta Interna

nº 13/2018

3. Solução de Consulta Interna nº 13/2018 – ICMS na base do PIS e da COFINS

- **Status:** Enviado Ofício GETAP para RFB/MF e PGFN. Posicionamento contra o entendimento constante na solução de consulta e pedido de suspensão dos seus efeitos até julgamento dos Embargos de Declaração pelo STF
- ➔ **Reunião RFB:**
 - Interpretação da decisão não é ICMS destacado na Nota Fiscal
 - Votos dos ministros leva à conclusão que é o ICMS a recolher
 - Embargos de Declaração foram interpostos para que o STF esclareça o julgado, a forma de cálculo e defina sobre os efeitos da decisão
 - Objetivo da solução de consulta foi padronizar o entendimento da RFB entre as delegacias para evitar contencioso sobre várias posições
- **Percepções:** Solução de Consulta será mantida e a RFB e PGFN irão litigar
- **Próximos passos:** FIESP e CNI em processo de decisão sobre interposição de ação contra a Solução de Consulta nº 13/2018

Reforma do Imposto de Renda

4. Imposto de Renda – GT Reforma Americana

➔ Entrega de relatório para RFB com as propostas do GT

- ✓ Redução da alíquota do IRPJ (tendência mundial)
- ✓ TBU: migrar para modelo com isenção + CFC Rule
- ✓ Melhorias na Lei do Bem (P&D)
- ✓ Melhorias do ágio (substância econômica)
- ✓ Necessidade de ampliação da rede de tratados
- ✓ Alteração do limites de dedutibilidade de Royalties
 - JCP: manutenção com posterior migração para modelo de dedução da base (ACE)
 - TP: convergência ao modelo internacional + modelo brasileiro como “Safe Harbour”
 - Aumento do Limite de 30% NOL
- **RFB: Feedback geral positivo, mas faltou a questão da ampliação da base de cálculo**
- **Percepções:** redução da alíquota de IR + tributação de dividendos + ampliação da base tributação de dividendos não basta: JCP em risco com redução da alíquota
- ❖ **GT da Câmara dos Deputados: Stand by – agenda Dep. Rodrigo Maia**

Simplificação de Obrigações

5. Simplificação de Obrigações Acessórias

- **Status:** reunião no CONFAZ sobre o projeto (Participantes: ENCAT, SEBRAE, CFC, CNI, GETAP)
 - Apresentação pelo ENCAT das suas iniciativas de simplificação e obter apoio dos stakeholders
 - **Escrituração Fiscal Assistida baseada nos DF-e (“Declaração Assistida”)**
 - Declaração única para todos os Estados
 - Criação da “NF Escritural” para eventos fora da NF
 - Criação da “Contra NF”: processo sistêmico e eletrônico de indicação da destinação da mercadoria dentro da empresa (De / Para do CFOP)
 - Facilitação do preenchimento da NFe como subproduto / subsistema
 - Obstáculo: Base de dados da NFe ainda é descentralizada, principalmente com relação às NFC-e
- **Percepções / Posições:**
 - **CFC:** Não aceita mais uma nova Obrigação Acessória. Necessariamente deve substituir outras e utilizar bases de dados já existentes.
 - **GETAP / CNI:** Considera o projeto muito avançado e de longo prazo. O projeto SPED pode funcionar como um passo intermediário e de curto prazo.
- **Próximos passos:**
 - Elaboração de 1º draft de Acordo de Cooperação Técnica e Financeira junto ao SEBRAE para o desenvolvimento dos sistemas e criação de ambiente virtual
 - FAT-e: criação de estratégia de divulgação (CNI)
 - Declaração Assistida: trabalho de convencimento junto aos Estados (ENCAT)
 - **Próxima reunião:** Fev-2019

Macro Plan – Timing



Adicionais:

- Cadastro Positivo da PGFN e Pró-Conformidade da RFB
- Projeto de Transfer Pricing (RFB e OCDE)
- GT IRPJ da RFB
- Projeto de Simplificação de Obrigações Acessórias – Declaração Assistida
- Solução de Consulta Interna 13/2018

Pontos de Preocupação para 2019



Criminalização das grandes empresas / grandes contribuintes em discussões relativas à interpretação da legislação tributária



Aumento progressivo do contencioso e dos custos com garantias, fianças e honorários advocatícios




Debate técnico dos temas tributários com os principais stakeholders Governo



Prazos de transição das reformas a serem implementadas compatíveis com os impactos das medidas



Aumento dos custos de compliance com relativos à implementação de obrigações acessórias



Restrições à compensação e ausência de solução efetiva para a restituição de créditos tributários

Temas Relevantes para 2019

- ❑ Reforma do Código Penal – Definição de Crime Contra a Ordem Tributária
- ❑ CODECON: com várias alterações propostas pela RFB/PGFN
- ❑ CARF melhorias/reforma
- ❑ Novo procedimento de cobrança: execução das dívidas ativas (PGFN)
- ❑ Publicação de nome dos responsáveis pelo débito tributário antes do envio para MP

- ❑ Reforma Tributária:
 - Simplificação: ampla ou pontual
 - IVA (Único ou Dual) ou Reforma do PIS e COFINS da RFB
 - “CPMF” em substituição à tributação da folha de salários

- ❑ Reforma do Imposto de Renda – Alíquota, Dividendos e ampliação da base
- ❑ Transfer Pricing - OCDE
- ❑ IN 1.846/18 - Procedimento Amigável - Mutual Agreement Procedure – MAP
- ❑ Lei nº 12.973/14: questionamentos quanto a complexidade dos controles
 - lucro contábil X lucro fiscal
- ❑ Implementação dos 3 programas de conformidade:
 - Nos Conformes – SP, Cadastro Positivo – PGFN, Pró-Conformidade – RFB

Outros Temas de Interesse dos Associados

ICPC 22 – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

IFRIC 23 – IASB

GETAP

GRUPO DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS APLICADOS

Propostas de Reforma Tributária

Propostas de Reforma Tributária

➤ 6 propostas

- Proposta do Dep. Luiz Carlos Hauly – Reforma Ampla
- Proposta CCiF – IBS – IVA sobre Bens e Consumo
- Proposta IPEA – IVA Dual
- Proposta do Prof. Marcos Cintra – Imposto Único - IMF
- Adendo: Carta Brasil – Economistas: entregue à equipe de transição de Governo
- Proposta do “Conselhão”
- Proposta RFB / MF

Reforma Tributária – PEC 293/04

Proposta Dep. Luiz Carlos Hauly

GETAP

GRUPO DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS APLICADOS

➤ **Resumo da Proposta:**

■ **Extinção de tributos:**

- Federais: IPI, IOF, CSLL, PIS, PASEP, COFINS, Salário-Educação, Cide-Combustíveis
- Estadual: ICMS
- Municipal: ISS

■ **Criação de tributos:**

- Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS), nos moldes de um IVA e
- Imposto Seletivo, um *excise tax*, sobre: oil & gas, cigarros, energia elétrica, telecomunicações, bebidas, veículos e auto-peças.

■ **Realocação de tributos/produto da arrecadação:**

- ITCMD (federal com destinação aos municípios);
- IPVA (estadual com destinação aos municípios).

■ **Manutenção da tributação sobre folha de pagamento**

■ **Incorporação da CSLL pelo IRPJ (alíquota ampliada)**

Reforma Tributária – PEC 293/04

Proposta Dep. Luiz Carlos Hauly

➤ **Competências Tributárias (Impostos e Contribuições):**

- União: II, IE, IR, ITR, IGF, Imposto Seletivo, ITCMD, INSS, CIDE, residuais.
- Estados: IBS, IPVA, Previdenciária.
- Municípios: IPTU, ITBI, Previdenciária.

➤ **Transição:**

- 15 anos (partilha da arrecadação): não afeta o contribuinte

➤ **Status:**

- Votação do parecer da Comissão da Reforma Tributária

Imposto sobre Bens e Serviços – IBS

Proposta CCiF

- **Congresso: Câmara dos Deputados:** CESP da Reforma Tributária
Emenda Substitutiva Global nº 7/18 à PEC 293/04 Dep – Hauly

- **Principais pontos do IBS: IVA Clássico**
 - Substituição do (PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS) por um único imposto do tipo IVA
 - Incidência não-cumulativa sobre base ampla de bens, serviços e intangíveis
 - Desoneração completa das exportações
 - Crédito financeiro com base no destaque na nota fiscal
 - Crédito integral e imediato para investimentos
 - Ressarcimento tempestivo de créditos (até 60 dias ou até 180 dias c/ irregularidades)
 - Incidência sobre o preço líquido de tributos (incidência “por fora”)
 - Proibida a concessão de qualquer incentivo ou benefício fiscal
 - Arrecadação centralizada e cobrança no destino

Imposto sobre Bens e Serviços – IBS

Proposta CCiF

➤ **Alíquotas:**

- Propõe-se que seja uniforme para todos bens e serviços
- Alíquota do IBS será a soma de várias alíquotas singulares, que podem ser alteradas por lei da respectiva unidade federada
- Estados e Municípios terão autonomia na fixação de sua parcela da alíquota do IBS (estabelecimento de “alíquotas de referência”)
- Alíquotas previstas: Entre 14,38% e 25%
 - Gerenciável pela União: **9,2%** (banda livre: 2,90%)
 - Gerenciável pelos Estados: **13,8%** (banda livre: 6,51%)
 - Gerenciável pelos Municípios: **2,0%** (banda livre: 1,21%)

❖ **Pontos em discussão:**

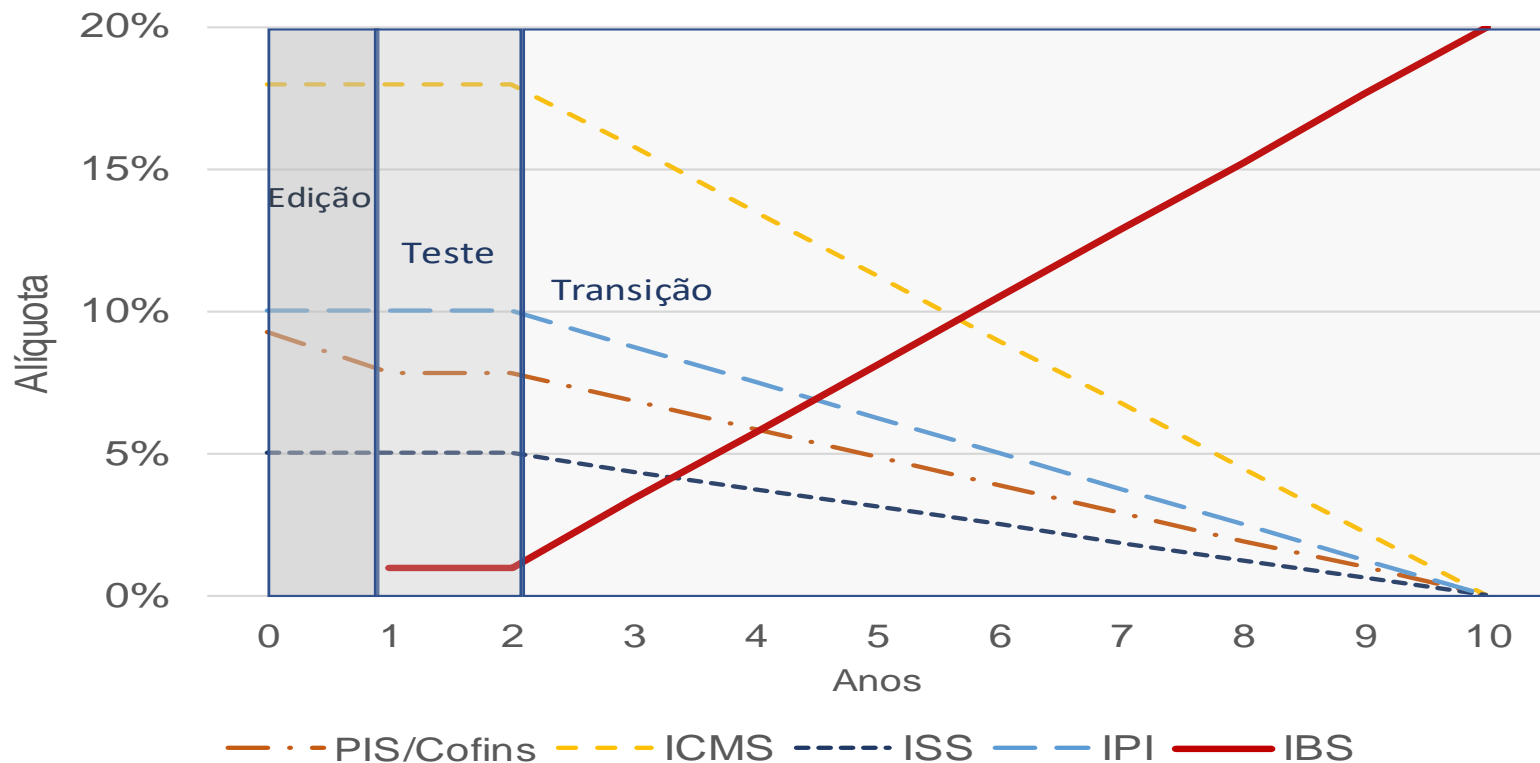
- IVA Nacional Fere Pacto Federativo
- Complexidade da transição (modelo atual + IBS)

Imposto sobre Bens e Serviços – IBS

Proposta CCiF

➤ Transição: 10 anos

- **Contribuinte: 10 anos** – alíquota inicial 1% com redução na alíquota da COFINS
- **Distribuição da Receita entre Estados e Municípios: 50 anos** – 20 anos: receita atual + inflação | 30 anos: convergência para o destino – proporcional ao consumo



IVA Dual

Proposta IPEA

➤ Resumo da Proposta do IVA Dual:

- Propõe a criação de um **IVA Federal** e um **IVA Estadual**, com a previsão legal de posterior harmonização (fusão), resultando em único IVA Federal.
- **Vantagem:** Preservação da autonomia federativa
- **Implementação:**

1ª etapa:

- Criação do IVA Federal em substituição ao PIS, COFINS, IPI e CIDE-Combustíveis incidente somente sobre as receitas operacionais
- Criação de Imposto Seletivo sobre fumo, bebidas, combustíveis e veículos. Alternativamente, mudança gradual do IPI para o Imposto Seletivo

2ª etapa:

- Reforma do ICMS: inclusão dos serviços e harmonização por legislação nacional para um IVA Estadual integralmente no destino (não incidência nas operações interestaduais)
- Regulação unificada de direito ao crédito, devolução de créditos acumulados e substituição tributária
- Criação de Câmara de Compensação
- Eliminação do ISS: participação na arrecadação do IVA dual e/ou criação de IVV (sales tax) municipal

3ª etapa:

- Harmonização opcional dos IVA's Estaduais com o IVA Federal: centralização / unificação
- Estados que não adotarem o regime harmonizado permanecem com o ICMS já com as modificações da 2ª etapa
- Alternativamente, Estados que assim desejar podem arrecadar o IVA harmonizado e fazer o repasse da parte que cabe à União

Imposto sobre Movimentação Financeira

IMF - Proposta Marcos Cintra

➤ **Resumo da Proposta do IMF:**

- Substituição de cinco tributos federais: CSLL, IPI, PIS, COFINS e IOF.
- Incide sobre todas as movimentações financeiras (cheques, ordens de pagamento, DOCs, TEDs, saques, transferências eletrônicas etc.);
- A alíquota a ser adotada depende da representatividade arrecadatória dos tributos que se pretende extinguir (~2,81%).

■ **Vantagens:**

- Simplificação da legislação;
- Redução do Custo de Conformidade e eliminação das obrigações acessórias;
- Redução da sonegação.

■ **Desvantagens:**

- Gera Cumulatividade
- Desestimula a intermediação financeira.

Adendo

Carta Brasil – Economistas

➤ **Resumo da Proposta:**

■ **Tributação sobre Consumo**

- Adoção do IVA (IBS)

■ **Tributação sobre a Renda**

- Reduzir a alíquota do IRPJ e adaptar o modelo de tributação de controladas e coligadas internacionais para manter o país competitivo;
- Ampliar a base do IRPJ, reduzindo significativamente os benefícios fiscais atuais;
- Integrar a tributação de IRPJ e IRPF com a tributação de dividendos.
- Rever o modelo de tributação do mercado financeiro e de capitais, adotando um modelo homogêneo de tributação que elimine distorções alocativas e distributivas;

■ **Tributação da Propriedade**

- Federalização do ITCMD e aumento de sua alíquota;
- Entendimento de que um IGF tem baixo potencial de arrecadação, devido ao planejamento tributário internacional.

Adendo

Carta Brasil – Economistas

➤ Resumo da Proposta:

■ Tributação da folha de salários

- Trabalhadores de alta renda: eliminação da contribuição patronal sobre a parcela dos salários que excede o teto do salário de contribuição e tributação da renda do trabalho distribuída como lucro.
- Trabalhadores de baixa renda: desoneração parcial até o valor de uma renda básica, eliminando a contribuição para o financiamento da aposentadoria, com manutenção da parcela da contribuição destinada à seguridade social. Contribuição integral sobre a parcela dos salários superior à renda básica.

■ Regimes simplificados de tributação: adoção de somente dois regimes

- Regime especial com isenção de IVA para negócios muito pequenos e;
- Regime simplificado de apuração do lucro (por fluxo de caixa) para negócios de faturamento de alguns milhões de reais.

Proposta Conselho

➤ **Resumo da Proposta:**

- 31 propostas foram delineadas com base nas propostas de reforma do dep. Luiz Hauly (PSDB/PR) e do diretor do Centro de Cidadania Fiscal Bernard Appy:
 - **Imposto único** sobre valor agregado (IVA/IBS) com legislação única, pagamento no destino, cobrança por fora e seletividade para alguns itens.
 - **Regra de transição** com previsão de prazos de até 10 anos e mecanismos para permitir adaptação gradual ao novo sistema.
 - **Redução da carga** e estabelecimento de meta com explicitação de impostos a serem extintos
 - **Redução do peso do imposto sobre consumo e empresas**

Reforma Tributária

Proposta RFB / MF

➤ **Unificação do PIS/ COFINS: Modelo “Aproximado” ao IVA**

- Base de cálculo correspondente ao valor agregado (não cumulatividade plena);
- Ampliação total das hipóteses de creditamento (adoção das regras sobre custos e despesas dedutíveis para fins do IRPJ);
- Valor do crédito corresponde ao valor pago na etapa anterior;
- Crédito vinculado a valor destacado em NF;
- Poucas alíquotas e ainda não conhecidas (impactos créditos de insumos e exclusão do ICMS e da ISS na base de cálculo do PIS e da COFINS);
- Manutenção dos seguintes benefícios: alíquota zero (cesta básica, medicamentos, produtos para pessoas com necessidades especiais, livros);
- Restituição rápida dos créditos acumulados.

❖ **Implementação:**

1ª Etapa: PIS - 2 anos para teste e calibragem de alíquota.

2ª Etapa: COFINS incorporação no novo modelo.

Reforma Tributária

Proposta RFB / MF

- **Reforma do IRPJ: “Efeito da Reforma Americana”**
 - **Criação de GT RFB:** análise de impacto para Brasil & identificar medidas par manter a competitividade internacional
 - **Escopo dos Estudos:**
 - Redução das alíquotas: aproximação ao patamar internacional (média OCDE: 21,94%)
 - Tributação de Dividendos (possível)
 - Alargamento da base da cálculo: para manter a arrecadação: Incentivos fiscais individuais, Dedutibilidade do Ágio, Revogação /Modificação do JCP, P&D, Lei Rouanet, Zona Franca de Manaus, outros ?
- ❖ **Riscos:** as contrapartidas / não tem espaço de redução de carga
- ❖ **Em paralelo: GT sobre Transfer Pricing:**
Ajustes na legislação para aproximar o modelo brasileiro ao adotado OCDE